

ATIVIDADE ECONÔMICA

Estimativa preliminar do resultado primário do governo central em fevereiro de 2025

De acordo com dados da execução orçamentária, registrados no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, os quais fornecem boa aproximação com os dados oficiais relativos ao resultado primário que será divulgado posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), fevereiro de 2025 apresentou um déficit primário de R\$ 31,5 bilhões nas contas do governo central. Conforme mostra a tabela 1, a receita líquida do governo central atingiu R\$ 142,7 bilhões nesse mês, um crescimento de 2,3% em termos reais, comparativamente ao apurado em fevereiro de 2024, ao passo que a despesa totalizou R\$ 174,2 bilhões, um decréscimo real de -13,2% na mesma base de comparação. No acumulado do ano, o resultado primário apresenta um superávit de R\$ 54,5 bilhões, a preços constantes de fevereiro, ante o superávit de R\$ 23,0 bilhões no mesmo período de 2024.

Em fevereiro, a receita total registrou um crescimento real de 2,3%, em comparação com o montante arrecadado no mesmo mês de 2024. Esse aumento observado se deu em função da arrecadação de receitas administradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), que tiveram um crescimento real de R\$ 2,0 bilhões (1,6%). As receitas não administradas pela RFB tiveram uma redução real de arrecadação de R\$ 1,2 bilhão (-5,2%) e as receitas do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) apresentaram um crescimento de R\$ 3,7 bilhões (7,4%). Dessa maneira, a receita líquida, após as transferências legais e constitucionais, teve um crescimento de R\$ 3,2 bilhões (2,3%) a preços constantes. No acumulado do ano, a receita líquida de transferências registrou uma variação real positiva de 3,2%, somando um crescimento de R\$ 12,5 bilhões a preços constantes, com destaque para a arrecadação das receitas administradas pela RFB – que marcaram no período um acréscimo de 4,1%, aumento real de R\$ 13,7 bilhões. O gráfico 1 demonstra o desempenho da arrecadação no primeiro bimestre de 2025, com a receita total apresentando um crescimento real médio, em relação ao mesmo período de 2024, de 2,9%.

Quanto à despesa total, houve uma queda em fevereiro, em termos reais, de R\$ 26,5 bilhões (-13,2%) em relação ao mesmo mês de 2024, decorrente principalmente do menor volume de pagamento de despesas com sentenças e precatórios – R\$ 31,0 bilhões pagos em 2024 contra R\$ 0,3 bilhão pagos em 2025. No acumulado do ano até fevereiro, a despesa teve um decréscimo real de R\$ 19,1 bilhões (-5,2%), em comparação ao mesmo período do ano passado, muito influenciada pelo volume significativamente menor de despesas com sentenças e precatórios.

Sergio Ferreira

Analista de planejamento e orçamento na Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dimac/Ipea)

sergio.ferreira@ipea.gov.br

Felipe dos Santos Martins

Bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dimac

felipe.martins@ipea.gov.br

Divulgado em 14 de março de 2025.

TABELA 1

Governo central: resultado primário a preços constantes de fevereiro de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	fev./2024	fev./2025		2024	2025		Até fev./2024	Até fev./2025	
1-Receita Total	199,0	203,6	2,3	494,8	509,8	3,0	2.587,0	2.791,4	7,9
1.1 - Receita Administrada pela RFB	126,4	128,4	1,6	336,9	350,6	4,1	1.591,6	1.766,0	11,0
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-0,1	-	-100,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	50,4	54,1	7,4	105,2	108,4	3,1	646,0	667,0	3,3
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	22,2	21,1	-5,2	52,7	50,8	-3,6	349,5	358,4	2,6
2. Transf. Por Repartição de Receita	59,6	60,9	2,2	103,4	105,9	2,5	496,0	538,9	8,6
3. Receita Líquida (1-2)	139,4	142,7	2,3	391,4	403,9	3,2	2.090,9	2.252,5	7,7
4. Despesa Total	200,6	174,2	-13,2	368,4	349,4	-5,2	2.354,4	2.265,5	-3,8
4.1 Benefícios Previdenciários	75,4	77,1	2,3	147,9	151,3	2,3	978,6	976,4	-0,2
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	29,9	29,5	-1,3	62,6	60,9	-2,8	395,2	378,7	-4,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	54,3	26,6	-51,1	82,8	58,8	-29,1	422,3	347,7	-17,7
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	41,1	41,0	-0,3	75,2	78,5	4,4	558,4	562,7	0,8
5. Resultado Primário Governo Central - Acima da linha (3 - 4)	-61,2	-31,5	48,6	23,0	54,5	137,4	-263,5	-13,0	95,1

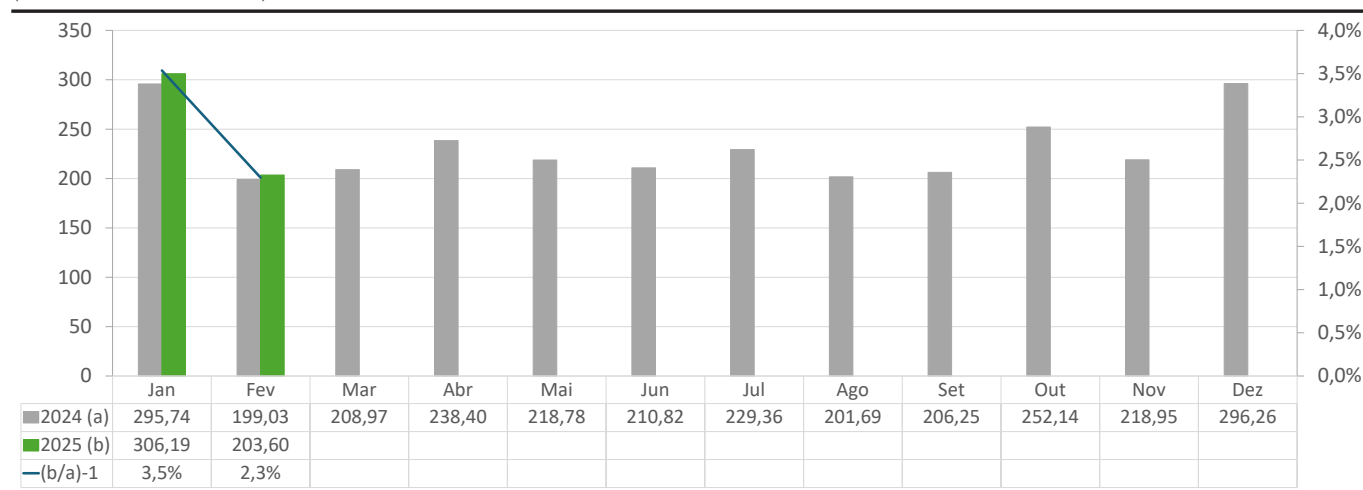
Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

GRÁFICO 1

Receita total: evolução da arrecadação (2024-2025)¹

(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

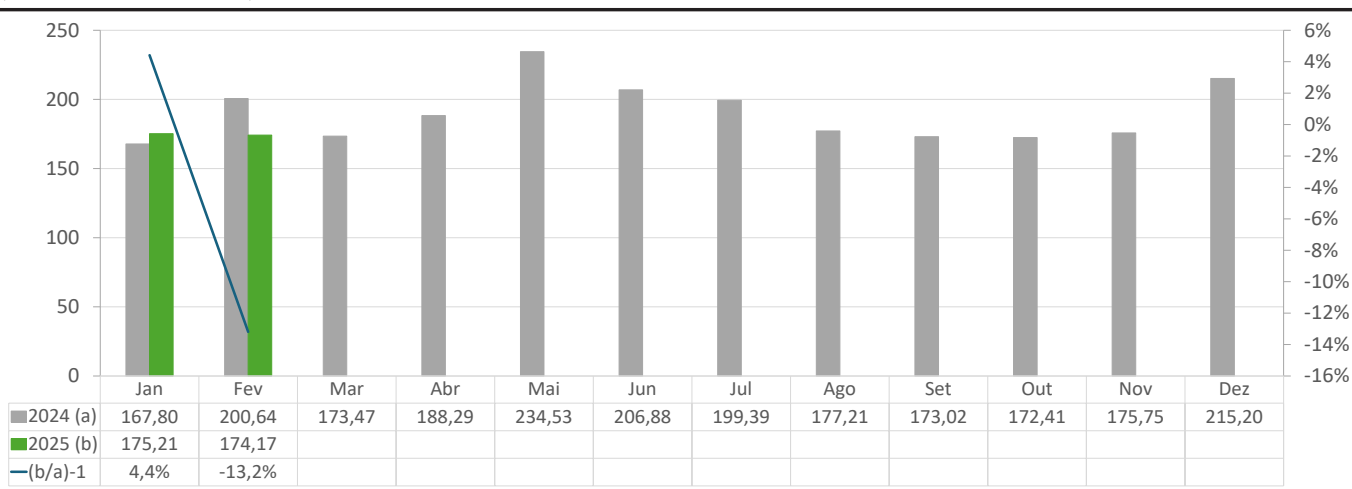
Nota: ¹ A preços constantes de fevereiro de 2025.

A análise do gráfico 2 revela que as despesas no primeiro bimestre registraram uma redução em comparação ao mesmo período do ano anterior. Esse declínio deve-se, principalmente, ao menor volume de pagamentos de precatórios em fevereiro e ao fato de o orçamento de 2025 ainda não ter sido aprovado pelo Congresso.

A tabela 2 detalha a arrecadação no período. No que se refere às receitas administradas pela RFB, em fevereiro de 2025 foi registrado um aumento real de R\$ 2,0 bilhões (1,6%) em relação ao mesmo mês de 2024. O crescimento real das receitas administradas ocorreu na maior parte dos itens, com destaque para o forte crescimento do Imposto de Importação, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Outras Receitas Administradas pela RFB, totalizando um acréscimo real de R\$ 5,4 bilhões (41,9%), em comparação ao mesmo mês do ano passado.

GRÁFICO 2

Despesa total: evolução da despesa (2023-2024)¹
(Em R\$ bilhões e em %)



Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Nota: ¹ A preços constantes de fevereiro de 2025.

TABELA 2

Governo central: principais componentes da receita a preços constantes de fevereiro de 2025
(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	fev./2024	fev./2025		2024	2025		Até fev./2024	Até fev./2025	
1-Receita Total	199,0	203,6	2,3	494,8	509,8	3,0	2.587,0	2.791,4	7,9
1.1 - Receita Administrada pela RFB	126,4	128,4	1,6	336,9	350,6	4,1	1.591,6	1.766,0	11,0
1.1.01 Imposto de Importação	5,0	7,1	41,0	10,9	15,9	46,6	59,8	85,5	43,0
1.1.02 IPI	5,7	7,2	26,8	11,1	13,8	24,4	65,6	90,1	37,4
1.1.03 Imposto de Renda	59,9	57,6	-3,8	172,2	172,9	0,4	765,4	815,2	6,5
1.1.04 IOF	5,5	6,2	12,0	11,0	11,5	4,0	66,7	70,6	5,8
1.1.05 Cofins	27,1	27,3	0,8	61,0	63,1	3,6	329,7	382,7	16,1
1.1.06 PIS/Pasep	8,4	8,0	-4,8	18,3	17,9	-2,3	94,5	107,2	13,4
1.1.07 CSLL	12,5	10,6	-14,8	45,8	46,2	0,8	164,7	173,7	5,4
1.1.09 CIDE Combustíveis	0,3	0,5	92,9	0,5	0,6	21,2	1,8	3,6	101,6
1.1.10 Outras Receitas Administradas pela RFB	2,1	3,9	84,5	6,0	8,5	41,7	43,4	37,4	-14,0
1.2 - Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-0,1	-	-100,0
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	50,4	54,1	7,4	105,2	108,4	3,1	646,0	667,0	3,3
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	22,2	21,1	-5,2	52,7	50,8	-3,6	349,5	358,4	2,6
1.4.1 Concessões e Permissões	0,2	0,5	98,6	1,0	1,4	41,0	9,3	17,3	84,8
1.4.2 Dividendos e Participações	4,0	2,5	-35,6	4,0	3,1	-20,9	50,9	73,7	44,8
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1,5	1,5	-0,8	3,2	2,0	-36,1	19,3	18,1	-6,0
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	6,3	7,7	23,2	24,1	25,8	7,0	120,9	124,9	3,3
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	2,4	1,9	-20,4	4,1	3,7	-8,3	22,9	24,0	5,0
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	2,6	2,8	8,2	5,3	5,6	5,8	33,4	34,5	3,5
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	-	-	0,0	0,0	-	0,1	0,1	-11,2
1.4.8 Demais Receitas Não Administradas pela RFB	5,3	4,2	-21,5	11,1	9,1	-18,0	92,7	65,7	-29,1
2. Transf. Por Repartição de Receita	59,6	60,9	2,2	103,4	105,9	2,5	496,0	538,9	8,6
3. Receita Líquida (1-2)	139,4	142,7	2,3	391,4	403,9	3,2	2.090,9	2.252,5	7,7

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: IOF – Imposto sobre Operações Financeiras; CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido; Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e LC – lei complementar.

No acumulado até fevereiro, a receita total registrou um crescimento real, em comparação com o mesmo período de 2024, de R\$ 15,0 bilhões (3,0%). As principais variações positivas ocorreram na receita administrada pela RFB, que teve alta de R\$ 13,7 bilhões (4,1%), com destaque para o Imposto de Importação, com

aumento de R\$ 5,1 bilhões (46,6%), IPI, com crescimento de R\$ 2,7 bilhões (24,4%), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), com aumento de R\$ 2,2 bilhões (3,6%), e outras receitas administradas pela RFB, com crescimento de R\$ 2,5 bilhões (41,7%).

Ao analisar as despesas (tabela 3), observa-se que em fevereiro houve uma redução real de 13,2%, em comparação ao mesmo período de 2024. Essa diminuição foi influenciada pelo menor volume de pagamento de despesas com sentenças e precatórios, representando uma redução de R\$ 30,7 bilhões neste item de despesa. Além disso, a demora na aprovação do orçamento de 2025 vem gerando um atraso na execução de determinadas despesas.

As despesas totais acumuladas até fevereiro, quando comparadas ao mesmo período de 2024, apresentaram uma redução real de R\$ 19,1 bilhões (-5,2%), influenciada principalmente pelo menor volume de despesas com precatórios. Em contrapartida, houve um aumento real em algumas despesas, sendo notáveis as relacionadas a benefícios previdenciários, que aumentaram R\$ 3,4 bilhões (2,3%); ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que aumentou R\$ 2,5 bilhões (20,9%); e às despesas obrigatórias do Poder Executivo sujeitas à programação financeira, que aumentaram R\$ 3,2 bilhões (5,7%).

TABELA 3

Governo central: principais componentes da despesa a preços constantes de fevereiro de 2025

(Em R\$ bilhões)

Período	Mensal		Taxa de variação (%)	Janeiro-fevereiro		Taxa de variação (%)	Acumulado em doze meses		Taxa de variação (%)
	fev./2024	fev./2025		2024	2025		Até fev./2024	Até fev./2025	
4. Despesa Total	200,6	174,2	-13,2	368,4	349,4	-5,2	2.354,4	2.265,5	-3,8
4.1 Benefícios Previdenciários	75,4	77,1	2,3	147,9	151,3	2,3	978,6	976,4	-0,2
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	29,9	29,5	-1,3	62,6	60,9	-2,8	395,2	378,7	-4,2
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	54,3	26,6	-51,1	82,8	58,8	-29,1	422,3	347,7	-17,7
4.3.01 Abono e Seguro-Desemprego	7,4	7,9	5,6	12,6	13,1	4,4	78,8	84,4	7,0
4.3.02 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	9,1	10,3	12,3	18,1	20,5	13,5	102,7	117,5	14,4
4.3.03 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	0,1	0,3	165,9	0,2	0,5	121,2	2,9	26,7	810,6
4.3.04 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0		0,0	0,0		0,0	0,0	
4.3.05 FUNDEB (Complem. União)	2,7	3,1	17,2	11,8	14,2	20,9	42,6	51,8	21,6
4.3.06 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1,5	1,3	-12,1	2,6	2,4	-5,6	19,1	20,1	5,2
4.3.07 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,3	0,3	-4,8	0,7	0,7	-4,6	4,3	4,1	-4,3
4.3.08 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	31,0	0,3	-99,2	31,3	0,5	-98,3	107,2	5,2	-95,2
4.3.09 Subsídios, Subvenções e Proagro	1,1	2,5	115,7	3,9	4,5	14,0	24,6	19,1	-22,6
4.3.10 Impacto Primário do FIES	0,2	0,0	-100,0	0,4	0,1	-67,1	1,8	1,3	-27,2
4.3.11 Demais Despesas Obrigatórias	0,7	0,6	-5,4	1,2	2,1	68,9	38,2	17,6	-53,8
4.4 Despesas do Poder Executivo sujeitas à Programação Financeira	41,1	41,0	-0,3	75,2	78,5	4,4	558,4	562,7	0,8
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	28,7	30,2	5,1	56,0	59,1	5,7	355,9	372,7	4,7
4.4.2 Despesas Discricionárias	12,5	10,9	-12,7	19,2	19,3	0,6	202,6	190,1	-6,2

Fonte: STN e Siafi.

Elaboração: Grupo de Conjuntura da Dimac/Ipea.

Obs.: PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; MPU – Ministério Público da União; DPU – Defensoria Pública da União; Proagro – Programa de Garantia da Atividade Agropecuária; e Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Diretoria de Estudos e Políticas Macroeconômicas (Dimac):

Claudio Roberto Amitrano (Diretor)
Mônica Mora y Araujo (Coordenadora-Geral de Estudos e Políticas Macroeconômicas)

Corpo Editorial da Carta de Conjuntura:

Claudio Hamilton Matos dos Santos (Editor)
Estêvão Kopschitz Xavier Bastos
Leonardo Mello de Carvalho
Marco Antônio Freitas de Hollanda Cavalcanti
Maria Andréia Parente Lameiras
Mônica Mora y Araujo
Sandro Sacchet de Carvalho
Sergio Fonseca Ferreira

Pesquisadores Visitantes:

Debora Mesquita Pimentel
Felipe dos Santos Martins

Equipe de Assistentes:

Beatriz de Luna Barreto
Marcelo Guedes Pecly
Tarsylla da Silva de Godoy Oliveira

Equipe Administrativa:

Aline Conceição Santos
Rosanne Rodrigues Barbosa

Design/Diagramação:

Augusto Lopes dos Santos Borges
Leonardo Simão Lago Alvite

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.
